

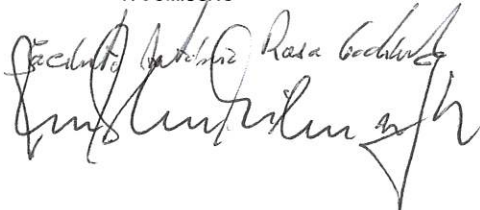
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS (ESNL)

De Janeiro até Dezembro

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados	15	195.934,39	234.353,35
Subsídios, doações e legados à exploração			
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			
Fornecimentos e serviços externos	16	(57.897,78)	(83.264,09)
Gastos com o pessoal	17	(191.166,34)	(186.042,46)
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade em dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Outras imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	18	60.760,54	59.067,01
Outros gastos e perdas	19	(1.688,48)	(80,35)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		5.942,33	24.033,46
Gastos/reversões de depreciação e de amortização			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		5.942,33	24.033,46
Juros e rendimentos similares obtidos		32,76	33,99
Juros e gastos similares suportados		(5,10)	(7,05)
Resultado antes de impostos		5.969,99	24.060,40
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		5.969,99	24.060,40

A COMISSÃO



O CONTABILISTA CERTIFICADO

(nº 23833)



BALANÇO (ESNL)
De Janeiro até Dezembro

Montantes expressos em euro

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
ACTIVO			
Activo não corrente:			
Investimentos financeiros			
Activos fixos tangíveis	6		
Bens do património histórico e cultural			
Propriedades de investimento			
Activos intangíveis			
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Activo corrente:			
Inventários			
Clientes e utentes			
Adiantamentos a fornecedores		2.324,87	
Estado e outros entes públicos	13	6,88	
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Outras contas a receber	9	56,03	4,00
Diferimentos	10		2.287,37
Outros activos financeiros			
Caixa e depósitos bancários	4	381.670,16	376.110,41
		384.057,94	378.401,78
Total do activo		384.057,94	378.401,78
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos			
Excedentes técnicos			
Reservas			
Resultados transitados		343.881,95	319.821,55
Excedentes de revalorização			
Outras variações nos fundos patrimoniais			
		343.881,95	319.821,55
Resultado líquido do período		5.969,99	24.060,40
Total dos fundos patrimoniais		349.851,94	343.881,95
Passivo:			
Passivo não corrente			
Provisões			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos			
Outras contas a pagar			
Passivo corrente			
Fornecedores	12	653,56	3.139,11
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros entes públicos	13	4.997,45	5.480,50
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Financiamentos obtidos			
Diferimentos			
Outras contas a pagar	11	28.554,99	25.900,22
Outros passivos financeiros			
		34.206,00	34.519,83
Total do passivo		34.206,00	34.519,83
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		384.057,94	378.401,78

A COMISSÃO

Assinado digitalmente por [nome]
[Assinatura]

O CONTABILISTA CERTIFICADO

(nº 23833)

[Assinatura]

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Montantes expressos em Euros)**



ÍNDICE

1. NOTA INTRODUTÓRIA	2
2. REFERENCIAL CONTAB. DE PREP. DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	2
3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	3
Bases de apresentação	3
Ativos fixos tangíveis	3
Ativos fixos intangíveis	3
Especialização dos exercícios	4
Imposto sobre o rendimento	4
Ativos e passivos financeiros	4
Transações e saldos em moeda estrangeira	5
Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	5
Rédito	5
Acontecimentos aoós a data do balanço	5
Juizados de valor, pressup. críticos e princip.fontes de incerteza associadas a estim.	6
4. FLUXOS DE CAIXA	6
Caixa e depósitos bancários	6
5. POLÍTICAS CONTAB. ALTERAÇÕES NAS ESTIM.CONTABILÍSTICAS E ERROS.	6
6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	6
7. ATIVOS INTANGÍVEIS	7
8. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	7
9. OUTROS ATIVOS CORRENTES	7
10. DIFERIMENTOS ATIVOS	8
11. OUTROS PASSIVOS CORRENTES	8
12. FORNECEDORES	8
13. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	8
14. PASSIVOS E ATIVOS CONTINGENTES, GARANTIAS E COMPROMISSOS	8
15. RÉDITO	8
16. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	9
17. GASTOS COM O PESSOAL	9
18. OUTROS RENDIMENTOS	9
19. OUTROS GASTOS	9
20. AMORTIZAÇÕES	9
21. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS	9
22. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO	9

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Comissão da Carteira Profissional de Jornalista, pessoa coletiva n.º 900 685 409, iniciou as suas funções em 1 de Julho de 1996, conforme aviso publicado em Diário da República datado de 18 de Junho de 1996.

Funciona no Palácio Foz, em Lisboa, nas instalações que para o efeito lhe foram cedidas, nos termos de protocolo celebrado em 1 de Janeiro de 2004, pelo Gabinete para os Meios de Comunicação Social.

A C.C.P.J. é um organismo independente de direito público, ao qual incumbe assegurar o funcionamento do sistema de acreditação profissional dos jornalistas, equiparados a jornalistas, correspondentes e colaboradores da área informativa dos órgãos de comunicação social, bem como o cumprimento dos respetivos deveres profissionais, nos termos do Estatuto do Jornalista e do decreto-lei n.º 70/2008 de 15 de Abril.

Os documentos de prestação de contas onde são incluídas as demonstrações financeiras da C.C.P.J. encontram-se disponíveis em língua Portuguesa.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a C.C.P.J. opera.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião de Secretariado. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação em reunião de plenário da Comissão, nos termos da legislação em vigor em Portugal.

É do entendimento do Secretariado que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da C.C.P.J., bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da CCPJ, mantidos de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) previstas pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

A adoção das NCRF nas contas ocorreu pela primeira vez em 2010, pelo que a data de transição do anterior referencial contabilístico (POC) para esse normativo foi fixada em 1 de janeiro de 2009, de acordo com o disposto na NCRF 3 – Adoção pela primeira vez das normas contabilísticas e de relato financeiro (Nota 2.4.).

2.2. Derrogações às disposições do SNC

Não foram expressamente derrogadas disposições do SNC que sejam suscetíveis de afetar materialmente a imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo, resultados e fluxos de caixa da Empresa.

2.3. Comparabilidade

As demonstrações financeiras anexas não se encontram afetadas por qualquer aspeto material suscetível de afetar a sua comparabilidade com o exercício anterior.

2.4. Adoção das NCRF

As demonstrações financeiras anexas estão em conformidade com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC). Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas as bases para a apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e as Normas Interpretativas (NI).

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, efetivas para os períodos iniciados em 1 de janeiro de 2010, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, com a Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho e com a Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho e respetivas Declarações de Retificação n.ºs 914 a 916, de 2015 e de acordo com a Estrutura Conceptual, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), respetivamente nos Avisos n.º 8254/2015 e n.º 8256/2015 e respetivas Declarações de Retificação n.ºs 917 a 918, de 2015, os quais, no seu conjunto, constituem o Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

Nos modelos de Demonstrações Financeiras e código de contas foram aplicadas as regras para as Entidades do Setor Não Lucrativo (ESNL), assim como a Norma Contabilística e Relato Financeiro para as mesmas (NCRF-ESNL)

A C.C.P.J. adotou as NCRF pela primeira vez no exercício de 2010, na preparação das demonstrações financeiras, aplicando para o efeito NCRF 3 – Adoção pela primeira vez das normas contabilísticas e de relato financeiro, sendo a data de transição para efeitos de apresentação destas demonstrações financeiras a 1 de janeiro de 2009.

Anteriormente, as demonstrações financeiras da C.C.P.J. eram apresentadas de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal, conforme definidos no Plano Oficial de Contabilidade e mais legislação complementar.



3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Comissão, mantidos de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Comissão espera incorrer.

Os restantes ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição ou produção, deduzido de amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes e seguindo o critério duodecimal, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e o valor líquido contabilístico do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são reconhecidas numa base sistemática/linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis.

As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente.

O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis, excluindo goodwill

Sempre que exista algum indicador que os ativos fixos tangíveis e intangíveis da Comissão possam estar em imparidade, é efetuada uma estimativa do seu valor recuperável a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

Quando não é possível determinar o valor recuperável de um ativo individual, é estimado o valor recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

O valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso.

Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa, relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.


Sempre que o valor líquido contabilístico do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior ao seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade.

A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram.

A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na respetiva rubrica de "Reversões de perdas por imparidade".

A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite do montante que estaria reconhecido (líquido de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.



Handwritten signature and initials.

Especialização dos exercícios

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, independentemente da data/momento em que as transações são faturadas.

Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Os gastos e rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem com as despesas e receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputados aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de diferimentos.

Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento sujeito corresponde aos impostos correntes.

Os impostos correntes são registados em resultados.

Imposto corrente sobre o rendimento sujeito é calculado com base no lucro tributável do exercício.

O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos sujeitos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em exercícios subsequentes, bem como gastos e rendimentos sujeitos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis de acordo com as regras fiscais em vigor.

Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Comissão se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e os passivos financeiros são classificados ao custo ou custo amortizado.

Os ativos financeiros e os passivos financeiros são mensurados ao custo ou ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas (no caso de ativos financeiros), quando:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; e
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado corresponde ao valor pelo qual um ativo financeiro ou um passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa, usando o método da taxa de juro efetiva, de qualquer diferença entre esse montante na maturidade.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados no valor líquido contabilístico do ativo ou passivo financeiro.

Os ativos e passivos financeiros ao custo ou ao custo amortizado incluem:

- Clientes;
- Outros ativos correntes;
- Fornecedores;
- Outros passivos correntes;

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro no valor líquido contabilístico do ativo ou passivo financeiro.

Caixa e equivalentes de caixa

A rubrica de caixa e seus equivalentes inclui dinheiro em moeda corrente e valores depositados em entidades bancárias nacionais, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A C.C.P.J. desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais a Comissão reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

A C.C.P.J. desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Comissão) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações.

Em cada data de relato os itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data.

Os itens não monetários registados ao justo valor denominados em moeda estrangeira são atualizados às taxas de câmbio das datas em que os respetivos justos valores foram determinados.

Os itens não monetários registados ao custo histórico denominados em moeda estrangeira não são atualizados.

As diferenças de câmbio resultantes das atualizações atrás referidas são registadas na demonstração dos resultados do período em que são geradas.

Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a C.C.P.J. tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, sendo provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação.

Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data do relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões.

Existe um contrato oneroso quando a C.C.P.J. é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar, os quais excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

Ativos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação/serviço à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

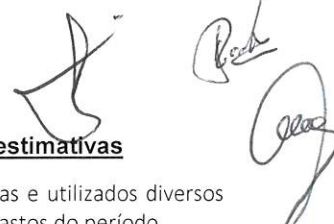
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Comissão;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação/serviço à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Comissão e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

Acontecimentos após a data do balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras.

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.



Juízos de valor, pressupostos críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam o valor contábilístico dos ativos e passivos, assim como os rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes.

Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas.

As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva.

Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- Imparidades de clientes e outras contas a receber;
- Provisões.

4. FLUXOS DE CAIXA

Caixa e depósitos bancários

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

“Caixa e seus equivalentes” em 2021 e 2020 têm a seguinte composição:

5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, não ocorreram quaisquer alterações de políticas contábilísticas ou alterações significativas de estimativas, nem foram identificados erros materiais que devessem ser corrigidos.

6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 2021 e em 2020 o movimento ocorrido nos “ativos fixos tangíveis”, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Descrição	Equip. Básico	Equip. Admin.	Outros Ativos fixos tangíveis	Total
2020				
Ativo bruto				
- saldo inicial	67.256,54	45.273,98	229,97	112.760,49
- aquisições				0,00
- saldo final	67.256,54	45.273,98	229,97	112.760,49
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas				
- saldo inicial	67.256,54	45.273,98	229,97	112.760,49
- Amortizações do exercício				0,00
- saldo final	67.256,54	45.273,98	229,97	112.760,49
Ativo Líquido	0,00	0,00	0,00	0,00
2021				
Ativo bruto				
- saldo inicial	67.256,54	45.273,98	229,97	112.760,49
- aquisições				0,00
- saldo final	67.256,54	45.273,98	229,97	112.760,49
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas				
- saldo inicial	67.256,54	45.273,98	229,97	112.760,49
- Amortizações do exercício				0,00
- saldo final	67.256,54	45.273,98	229,97	112.760,49
Ativo Líquido	0,00	0,00	0,00	0,00

Vidas úteis e depreciação

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com o método das quotas constantes e segundo o critério duodecimal durante as seguintes vidas úteis estimadas:

Classe homogénea	Anos
Edifícios e outras construções	10
Equipamento básico	5 a 8
Equipamento administrativo	8



7. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 2021 e em 2020 o movimento ocorrido nos "ativos intangíveis", bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Descrição	Programas de computador	Total
2020		
Ativo bruto		
- saldo inicial	148.424,76	148.424,76
- aquisições		
- saldo final	148.424,76	148.424,76
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas		
- saldo inicial	148.424,76	148.424,76
- Amortizações do exercício		
- saldo final	148.424,76	148.424,76
Ativo Líquido	0,00	0,00
2021		
Ativo bruto		
- saldo inicial	148.424,76	148.424,76
- aquisições		
- saldo final	148.424,76	148.424,76
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas		
- saldo inicial	148.424,76	148.424,76
- Amortizações do exercício		
- saldo final	148.424,76	148.424,76
Ativo Líquido	0,00	0,00

Não existem compromissos contratuais relacionados com a aquisição de ativos intangíveis.

Vidas úteis e amortização

Não existem ativos intangíveis com vida útil indefinida.

Os ativos intangíveis de vida útil finita são amortizados de acordo com o método das quotas constantes e segundo o critério duodecimal durante as seguintes vidas úteis estimadas:

Classe homogénea	Anos
Programas de computador	3 a 6
Outros activos intangíveis	5

No decurso do exercício findo em 2021 não foram registados gastos com pesquisa e desenvolvimento.

No decurso do exercício findo em 2021 não foram capitalizados dispêndios de desenvolvimento.

Ativos intangíveis adquiridos através de subsídios do Governo

Em 2021 e 2020 não houve quaisquer ativos intangíveis adquiridos através de subsídios do Governo.

8. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas do período corresponde ao imposto a pagar, incluindo as tributações autónomas.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2018 a 2021 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A Comissão entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 2021 e em 2020.

9. OUTROS ATIVOS CORRENTES

Em 2021 e em 2020 as contas "outras contas a receber" da Comissão têm a seguinte composição:

Descrição	31-12-2021 Ativos financeiros mensurados ao custo	31-12-2020 Ativos financeiros mensurados ao custo
Outras contas a receber	56,03	4,00
- Juros a receber		
- Outros saldos devedores	56,03	4,00

No decurso do exercício findo em 2021 e em 2010, não foram reconhecidas perdas por imparidade em dívidas a receber.



10. DIFERIMENTOS ATIVOS

Em 2021 e em 2020 as rubricas do ativo corrente "Diferimentos" têm a seguinte composição:

Descrição	31-12-2021	31-12-2020
Seguros diferidos		
Medicina, segurança e higiene no trabalho		
Segurança e higiene no trabalho		2.287,37
Cert. Digital, Anti-Virus, Licenc, Alug Equip., etc		
Total		2.287,37

11. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 2021 e em 2020 a rubrica "Outros passivos correntes" tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2021 Passivos financeiros mensurados ao custo	31-12-2020 Passivos financeiros mensurados ao custo
Outros passivos correntes:		
- Pessoal (inclui MDE'S)	667,82	1.785,15
- Acrés.gastos - responsab. com remunerações a liquidar	22.290,79	21.583,11
- Acrés.gastos - out.cred.por acrés.gastos-"MIPE-Desk Support Nrmal"	315,00	
- Acrés.gastos - out.cred.por acrés.gastos-"Renda do escritório"	2.723,82	
- Acrés.gastos - out.cred.por acrés.gastos-"Comissões a pagar ao Sindicato"	2.557,56	2.531,96
- Acrés.gastos - valor a pagar "formação"		
- Acrés.gastos - outros credores		
Total	28.554,99	25.900,22

12. FORNECEDORES

Em 2021 e em 2020 a rubrica de "Fornecedores" tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2021 Fornecedores	31-12-2020 Fornecedores
Vodafone Portugal S.A.	21,36	29,65
M.S.Cardoso & Assoc. Lda		387,45
Multimac - Máquinas e Equip. de Escritório, S.A.	121,87	33,30
Grenke Renting, S.A.	105,71	105,71
CPI - Proc. Criativos - Sist. Informação, Lda		2.583,00
Mipe - Tecnologias de Informação, Lda.	404,62	
Total	653,56	3.139,11

13. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 2021 e em 2020 as rubricas de "Estado e outros entes públicos" têm a seguinte composição:

Descrição	31-12-2021	31-12-2020
Ativo corrente:		
Imposto estimado sobre o rendimento		
- Retenção na fonte de IRC	6,88	
Total	6,88	
Passivo corrente:		
Imposto estimado sobre o rendimento		
IRS -trabalho dependente	1.544,00	1.907,00
IRS -trabalho independente		
TSU - Contribuições para a segurança social	3.453,45	3.573,50
Total	4.997,45	5.480,50

14. PASSIVOS E ATIVOS CONTINGENTES, GARANTIAS E COMPROMISSOS

Em 2021 e 2020 a C.C.P.J. não tinha quaisquer ativos ou passivos contingentes.

Em 2021 e 2020 não existiam garantias prestadas nem a favor da C.C.P.J.

15. RÉDITO

O rédito reconhecido nos exercícios findos em 2021 e em 2020 tem a seguinte composição:

RUBRICAS	31-12-2021	31-12-2020
Emolumentos	195.934,39	234.353,35
Total	195.934,39	234.353,35

16. FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos exercícios findos em 2021 e em 2020 tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2021	31-12-2020
FORNEC. E SERV. EXTERNOS		
Subcontratos		
Trab. especializados	23.405,59	29.218,44
- assist. informática	18.313,39	24.077,04
- serv. de contabilidade	5.092,20	5.141,40
Publicidade e propaganda	2.088,90	
Honorários	417,55	9.686,25
Comissões	5.174,92	12.587,66
Conservação e reparação		
Serv. bancários	1.181,92	836,22
Outros		
Materiais	847,02	4.543,70
Energia e fluidos		
Desloc. estadas e transportes	486,10	1.338,91
Rendas e alugueres	7.498,30	7.756,61
Comunicação	13.047,56	13.379,02
Seguros		
Contencioso e notariado		
Desp. de representação	3.734,52	3.734,52
Limpeza, higiene e conforto	15,40	182,76
Total	57.897,78	83.264,09

17. GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de "Gastos com o pessoal" nos exercícios findos em 2021 e em 2020 tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2021	31-12-2020
Remunerações dos órgãos sociais	22.295,17	18.124,48
Remunerações do pessoal	133.102,07	132.620,32
Encargos sobre remunerações do pessoal	33.481,73	32.718,76
Seguros de acidentes no trabalho e doenças prof.	2.287,37	2.287,65
Gastos de ação social		291,25
Outros gastos com o pessoal		
Total	191.166,34	186.042,46

18. OUTROS RENDIMENTOS

A rubrica de "Outros rendimentos" nos exercícios findos em 2021 e em 2020 tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2021	31-12-2020
Outros rend.e ganhos - estudos, proj. e assist. tecnológica	50.000,00	50.000,00
Outros rend.e ganhos - reembolso de custos c/portes	9.222,51	9.067,01
Outros rend.e ganhos - prémios de D/P		
Outros rend.e ganhos - corr. de exerc. anteriores	922,54	
Outros rend.e ganhos - receitas de contra-ordenações	615,49	
Outros rend.e ganhos - outros não especificados		
Total	60.760,54	59.067,01

19. OUTROS GASTOS

A rubrica de "Outros gastos" nos exercícios findos em 2021 e em 2020 tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2021	31-12-2020
Impostos e taxas	100,94	61,06
Correções relativas a períodos anteriores	1.505,85	
Insuficiência de estimativa para impostos	6,42	6,86
Outros não especificados	75,27	12,43
Total	1.688,48	80,35

20. AMORTIZAÇÕES

A rubrica de "Gastos / reversões de depreciação e de amortização" nos exercícios findos em 2021 e em 2020 não teve quaisquer movimentos.

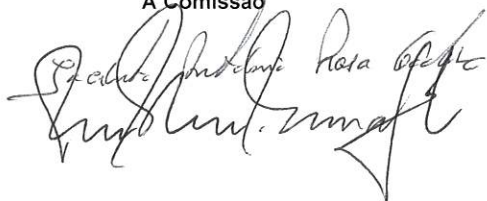
21. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A Comissão, em 2021 e em 2020, não tinha quaisquer dívidas ao Sector Público Estatal, cujo pagamento estivesse em mora, tendo a sua situação devidamente regularizada.

22. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Não ocorreram acontecimentos após a data do balanço que deem origem a ajustamentos quer às demonstrações financeiras quer à sua divulgação.

A Comissão



O Contabilista Certificado

(23833)

